

A IDEOLOGIA DOMINANTE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: ALGUMAS REFLEXÕES ACERA DO CONSERVADORISMO IMPLÍCITO NO PL 867/2015 QUE TRATA DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO EM NÍVEL FEDERAL

Cristofer Barros Motta¹
Marina Garcia²

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo apresentar o conservadorismo implícito no PL 867/2015 que trata do programa Escola Sem Partido e sua inserção na LBD e no Plano Nacional de Educação. Partindo de uma perspectiva sociológica, investigou-se um tipo de conservadorismo político que se remetem os idealizadores desse projeto com base nas obras A Ideologia Dominante do Escola Sem Partido e o Livro Urgente da Política Brasileira. Verificou-se também que o principal alvo dos ataques conservadores dessa medida é o professor que terá, caso seja aprovada o PL, a sua prática pedagógica censurada. Por fim, apontamos possíveis caminhos que possam acelerar a retomada da votação do programa Escola Sem Partido na câmara federal e nas demais assembleias legislativas espalhadas por estados e municípios ao qual foi protocolado o projeto, com base nas demandas ultraconservadoras de setores específicos da sociedade.

PALAVRA CHAVE: *Escola Sem Partido, ideologia, projeto de lei, conservadorismo implícito, professor..*

¹ Faculdades integradas Campo Grandense. cristomotta.108@gmail.com

² Faculdades Integradas Campo Grandense - E-mail: marinafgarcia04@gmail.com

ABSTRACT:

*The purpose of this article is to present the implicit conservatism in the Bill 867/2015, which establishes the program "School Without Party" and insert it in the LBD and in the National Education Plan. Starting from a sociological perspective, we investigated the type of political conservatism to which the idealizers of this project are referred, based on the works *The Dominant Ideology of the School Without Party* and *the Urgent Book of Brazilian Politics*. It was also found that the main target of the conservative attacks of this measure is the teacher, who will have, if the Bill is approved, his pedagogical practice censored. Finally, we alert possible ways for the resumption of the School Without Party voting in the congress and in other legislative assemblies scattered throughout states and cities and the progressive advancement of conversational discourses in society.*

KEYWORD: *School Without Party, ideology, Bill, implicit conservatism, teacher.*

Introdução

O conservadorismo é uma das marcas registradas da sociedade brasileira. A face autoritária e dogmática do país tem se revelado drasticamente após a derrocada das esquerdas na política nos últimos cinco anos devido a processos simultâneos de golpes políticos institucionais, tais como a cassação do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, a politização do julgamento do ex-presidente Lula e outros. Somado a esses eventos, houve uma flagrante criminalização dos movimentos sociais, partidos políticos e demais atores ligados às esquerdas juntamente com a crescente militância de setores conservadores e fundamentalistas importantes e estratégicos da sociedade, como os evangélicos tradicionais, católicos, parlamentares das direitas e outros grupos sociais que flertam diretamente com as pautas do conservadorismo político e/ou ultraconservadorismo.

O projeto de lei de que trata do programa Escola Sem Partido (ESP) surge nesse contexto como uma resposta às demandas conservadoras que estão em alta na sociedade. Protocolada na Comissão de Educação (CE) da Câmara Federal pelo o então deputado Izalcí Filho (PSDB – DF), a PL 867/2015, em seu texto normativo, estabelece a fixação de um cartaz em todas as escolas do Brasil com os deveres do professor, tendo em vista o combate a uma possível doutrinação ideológica no âmbito escolar e a conscientização dos alunos dos seus direitos civis. Essa medida visa inserir, no Plano Nacional da Educação (PNE) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), novas concepções pedagógicas que integrem os currículos escolares e manuais de práticas pedagógicas dos agentes educacionais em todos os níveis e segmentos de ensino no país.

Analisaremos, nesta pesquisa, o conservadorismo político e institucional presente no projeto de lei que trata do Escola Sem Partido. Entendendo que o conservadorismo possui variações semânticas e conceituais e que deve ser cuidadosamente analisado dentro de contextos específicos, no presente trabalho, será aplicada uma definição em particular de conservadorismo, disposta na obra Livro Urgente da Política Brasileira (MATTOS, 2017), para a compreensão do problema a ser investigado.

Os criadores do Escola Sem Partido partem de pressupostos morais e fundamentalistas com o objetivo de delinear um projeto político para impor à sociedade

civil organizada. Visam cercear o pluralismo de ideias e aplicar um tipo de censura político pedagógica ao trabalho dos professores e professoras. Os idealizadores do programa Escola Sem Partido e seus apoiadores tentam impor um pensamento monolítico para a educação e que (des)universalize o conhecimento.

Desenvolveram-se os seguintes objetivos na pesquisa: o objetivo geral foi investigar a ideologia dominante do Projeto Escola Sem Partido. Entretanto, para ter uma compreensão mais ampla do assunto, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: apresentar as noções mais convencionais de ideologia dentro dos seus respectivos contextos, verificar como o Movimento Escola Sem Partido deturpa esses significados e esconde a sua própria ideologia e entender os ataques conservadores da PL à prática docente.

Por se tratar de uma medida político-pedagógica e jurídica, a relevância deste trabalho reside na verificação dos impactos socioeducativos que um projeto dessa natureza pode provocar nas relações sociais e nas instâncias de educação, além do argumentos bem arregimentados para fortalecer os debates em torno dessa PL. No âmbito acadêmico, torna-se imprescindível a sua construção por ser um trabalho de conclusão de curso relevante para área de formação a que é destinado.

Os métodos do estudo bibliográfico utilizados neste artigo tiveram como tipo de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa. Embasado em bibliografias, reportagens e plataformas virtuais, buscou-se aprofundar a compreensão do problema de pesquisa proposto.

O trabalho está estruturado na forma de tópicos, são eles: (2) Uma Breve Análise do Movimento Escola Sem Partido, da PL 867/2015 e da Adesão Popular do Discurso no Cenário Político Atual: Nesta seção, é descrito a origem do Escola Sem Partido, seus idealizadores e a proposta principal desse movimento. É apresentado também a PL que trata do projeto de lei federal relativo ao Escola Sem Partido e sua votação e arquivamento na câmara federal. E, por fim, a aceitação desse discurso no cenário político e social atual; (3) O Conservadorismo do Escola Sem Partido: neste tópico, é abordado os conceitos de ideologia de Marx e Gramsci, a falsa premissa de não ideologização do PL e o tipo de conservadorismo admitido implicitamente pelo Movimento Escola Sem Partido; (4) Os Ataques Conservadores do Escola Sem Partido Contra o Professor: nesta último tópico, é

demonstrado como o professor é o principal alvo desse projeto e como a prática pedagógica é criminalizada. É descrito também, a partir das contribuições do professor Fernando Penna, a narrativa do ESP que reforça essa “caças a bruxas” aos docentes, sobretudo aquele e aquelas que são de uma determinada orientação político-ideológica.

1. Uma breve análise do movimento Escola Sem Partido, do PL 867/2015 e da adesão popular do discurso no cenário político atual

O autor do projeto e um dos pioneiros do ESP é o advogado e procurador do estado de São Paulo Miguel Nagib. Em 2004, Nagib fez uma queixa/reclamação junto à escola em que sua filha estudava, devido um suposto desvio de conduta de um dos professores que lecionam para a turma dela. A filha do advogado alegou à época que o professor X estava desviando a atenção dos alunos do conteúdo da disciplina para tratar de questões “político-partidárias”. Mediante este fato, Nagib entrou com uma ação contra a escola na justiça de São Paulo, esperando que as devidas providências fossem tomadas quanto à conduta do professor X.

Entretanto, a justiça paulista, após ouvir ambas as partes envolvidas no processo, deu ganho de causa para a escola, alegando que não houve por parte do professor qualquer tipo de ação que se encaixa na lei de “assédio ideológico” ou de descumprimento do código de ética profissional da própria instituição que ele dava aula.

Desde então, Nagib decidiu iniciar um movimento, através da internet (e pelo Facebook), chamado “Escola Sem Partido”, que parte da premissa de que as escolas brasileiras (a pública, principalmente) foram infiltradas por partidos e movimentos ideológicos específicos que estão não formando alunos, mas militantes políticos. Uma das ações desse movimento, através dessas plataformas virtuais, é a tentativa de denunciar os supostos casos de “doutrinação ideológica” no ambiente escolar.

O procurador junto, com alguns apoiadores desse movimento (Movimento Brasil

Livre e Revoltados Online), criou um site na internet e uma página no Facebook que diariamente são atualizados com conteúdos referentes ao ESP. Tanto no site quanto na página do Facebook é possível encontrar alguns depoimentos e um total de trinta e três denúncias de pais e alunos que supostamente vivenciaram algum tipo de assédio ideológico na escola, bem como vídeos explicativos sobre o PL 867/2015 que trata da inserção do projeto escola sem partido em nível federal.

É possível encontrar também, nesses ambientes virtuais, artigos que explicitam o pensamento conservador desse movimento contra algumas teorias pedagógicas e contra alguns pensadores influentes na história da educação brasileira, como Paulo Freire e outros nomes importantes para o ensino no país. Ainda sobre Paulo Freire, principal alvo dos ataques do Escola Sem Partido, é dito o seguinte no site do movimento: “Paulo Freire tem tudo a ver com isso (doutrinação ideológica). Sua pedagogia do oprimido nada mais é do que transportar Marx para a sala de aula.”

O educador e advogado Paulo Freire (1921-1997) é o patrono da educação brasileira e responsável por formular uma série de políticas educacionais que integram, hoje, as diretrizes da educação no Brasil. Contudo, para os idealizadores do ESP, Paulo Freire é uma espécie de “ideólogo marxista”, que com seu pensamento influenciou (e continua a influenciar) gerações de estudantes/militantes, professores “doutrinadores” e intelectuais “esquerdistas-marxista”. O resultado do pensamento Paulo-Freiriano na educação brasileira, na visão do movimento escola sem partido, é a má formação técnica dos profissionais da educação e a baixa qualidade do ensino e dos processos de aprendizagens dos alunos brasileiros.

As supostas denúncias de doutrinação ideológica somadas aos ataques contra Paulo Freire – acusado de ser o principal expoente da doutrinação nas escolas -, mobilizou os percuressores do ESP a protocolarem um projeto de lei que institucionaliza o Escola Sem Partido na forma de medida jurídica em nível federal como forma de coibir a disseminação de supostas ideologias que prejudiquem a formação acadêmica dos estudantes nos espaços de ensino.

O Escola Sem Partido consiste em um Projeto de Lei (PL) apresentado na câmara de deputados federais em 2015 pelo então deputado Izalci (PSDB-DF). O PL estabelece a fixação de um cartaz em todas as escolas do Brasil com os deveres do professor, tendo

em vista o combate a uma possível doutrinação ideológica no âmbito escolar e a conscientização dos alunos dos seus direitos civis. Segundo o site Movimento Escola Sem Partido, a intenção principal dessa frente é inserir, como medida política, no Plano Nacional de Educação e nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), o projeto Escola Sem Partido. A ideia, ao tornar essa medida uma lei federal, é garantir a sua admissibilidade nacional e efetiva implantação por todo território brasileiro.

No decorrer de oito sessões na Comissão de Educação (CE) e na Comissão de Seguridade e Família (CSSF), no ano de 2018, o PL 867/2015 (que trata do projeto escola sem partido) foi posta para discussão e votação. Porém, por falta de quórum daqueles favoráveis a admissibilidade do projeto e a forte oposição dos partidos contrários a essa medida (PSOL, PT, PV, PDT e outros), bem como de ativistas pela educação, professores e outras lideranças estudantis e docentes que estiveram presente nas audiências, o projeto foi arquivado.

O ESP tramita também em pelo menos nove estados e três municípios, como aponta o site da câmara federal e, especialmente nos estados do Paraná e do Rio de Janeiro, o projeto de lei do ESP chegou a ser posto em discussão nas respectivas assembleias legislativas.

No Rio de Janeiro, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC) e o ex-deputado estadual Flavio Bolsonaro (PSC), foram os primeiros parlamentares em todo o país a protocolar, em forma de projeto de lei, tanto no âmbito municipal quanto no âmbito estadual, o ESP (Escola Sem Partido) como argumenta a assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Cleomar Manhas. Manhas (2016., p. 20), inclusive, diz que após essa primeira tentativa de implantação, diversas assembleias legislativas no âmbito municipal e estadual espalhadas pelo país passaram a discutir institucionalmente esse projeto.

No estado do Paraná, de acordo com o site de notícias Brasil de Fatos o projeto escola sem partido foi novamente posto para debate no plenário da assembleia legislativa paranaense. Entretanto, o Ministério Público (MP) do Estado alegou que essa medida é inconstitucional e fere as liberdades de cátedra do professor. Os parlamentares favoráveis à aprovação do ESP no Paraná representam a maioria simples da assembleia e contam com o apoio de setores importantes da imprensa local, movimentos estudantis e outros

segmentos.

Existem outros subprojetos na câmara federal e nas assembleias legislativas espalhadas pelos estados e municípios que aderiram ao ESP. Um dos projetos, em nível federal, é o PL 2731/2015, protocolado pelo deputado Eros Biondini (PTB-MG) em 2014, que “Proíbe a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero”. Esse PL surgiu a partir de uma série de discussões acerca do conceito “ideologia de gênero”, termo tão presente no debate público, que começou a entrar em voga após algumas manifestações de setores conservadores da sociedade que alegavam e, ainda alegam, que há nas escolas uma imposição de categorias específicas de gênero como a homossexualidade e a transexualidade, por exemplo.

O ponto de partida para o Escola Sem Partido e sua adesão ao debate público é complexo e demasiado impreciso, tendo em vista que existem diversos processos em curso que possibilitam a compreensão desse fenômeno. Entretanto, pela ótica da educação na atual conjuntura (já que o ESP se trata de uma medida político-pedagógica), de acordo com o livro *Ideologia do Movimento Escola Sem Partido*, publicado pela editora ação educativa (2016) é apresentado o seguinte quadro:

O Plano Nacional de Educação foi aprovado há mais de dois anos. Durante sua tramitação, uma das polêmicas suscitadas foi acerca da promoção das equidades de gênero, raça/etnia e orientação sexual, que acabou excluída do texto do projeto. Por consequência, isso influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais, que também sucumbiram ao lobby conservador, fundamentalista e refutaram qualquer menção a gênero, por exemplo, difundindo a falsa tese intitulada “ideologia de gênero”. (MANHAS, 2016, p.16).

Como argumentado acima, um dos pontos que vem gerando polêmica e suscitando diversos debates acerca da educação é a “ideologia de gênero”. E o quem vem a ser essa ideia/conceito? E como ela se conecta ao escola sem partido? Basicamente, “ideologia” significa um conjunto de ideias que podem ser de natureza política, filosófica, religiosa etc. O termo gênero, por sua vez, diz respeito ao comportamento sexual de um indivíduo, que pode ser assumido ou imposto, dependendo do tipo de socialização sofrida, em função da genitália masculina ou feminina que possua. Disto isto, ao que se referem aqueles que se opõem aos temas da sexualidade humana, ao usarem de forma pejorativa e descontextualizada esse termo? Resposta: a uma suposta tentativa de imposição de outras formas de sexualidade consideradas opostas aos padrões dominantes de gênero e

identidade de gênero para os alunos na escola, bem como uma pretensa normatização dessas categorias de gênero na sociedade. A partir dessa discussão em torno da sexualidade/gênero sexual, o ESP aparece como uma espécie de antidoto para conter a disseminação dessas “ideologias”.

O avanço de movimentos via redes sociais e nas ruas, como o MBL (Movimento Brasil Livre), Revoltados online, bem como partidos políticos da direita conservadora e alguns lobbies empresariais no âmbito do mercado da educação privada, dentro da conjuntura pós-impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e de todos os desdobramentos sociais advindos desse processo, o ESP passou a ganhar amplitude política e maior visibilidade social. Veículos de comunicação, youtubers, como Nando Moura, Arthur Moledo do canal Mamaefalei e outros, passaram a defender veementemente esse projeto e a influenciar as opiniões de boa parte das pessoas em sociedade.

O conservadorismo é uma das marcas registradas da sociedade brasileira. Com a derrocada das esquerdas na política nos últimos cinco anos devido a processos simultâneos de golpes políticos-institucionais, bem como uma flagrante criminalização dos próprios movimentos das esquerdas, somada a crescente militância de setores importantes e estratégicos da sociedade, como os evangélicos tradicionais, católicos apostólicos, parlamentares das direitas e outros grupos sociais que flertam diretamente com movimentos conservadores e/ou ultraconservadores, a face autoritária e dogmática do país se revelou drasticamente. O ESP é apenas um dos efeitos/sintomas desse conservadorismo institucional e histórico e que visa cercear qualquer tentativa de pluralidade de ideias em termos educacionais.

2. O conservadorismo do projeto Escola Sem partido

O termo “ideologia”, usado de forma recorrente e banalizada pelos operadores do ESP (Escola Sem Partido) e no debate público em geral, precisa ser analisado de forma racional e à luz dos significados mais usuais para sua compreensão, de modo que seja

possível entender: (1) o que realmente significa ideologia; (2) qual é a ideologia dominante do projeto Escola Sem Partido;

De acordo com a autora Cleomar Manhas (2017), os defensores do ESP tentam passar a ideia de que apenas os pensamentos “marxistas” é que são ideológicos e nocivos aos alunos/estudantes brasileiros. Neste sentido, a autora chama a atenção para a necessidade de se conceituar o que seria de fato “ideologia”, tanto na visão marxista, quanto com base em outras concepções tradicionais para esse conceito, de forma que se esclareça a que se referem, no espectro ideológico, seus significados. Manhas (2017, p.18), inclusive, pontua que: “Um dos conceitos mais difundidos é o de Karl Marx (1818-1883) em parceria com Friedrich Engels (1820-1890) no livro A ideologia alemã, em que afirma ser ideologia uma consciência falsa da realidade, importante para que determinada classe social exerça poder sobre a outra.”

Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo político e colunista do jornal da cidade de Colônia (Alemanha), crítico do sistema capitalista industrial e responsável por influenciar nas revoluções proletárias do século XIX. Desenvolveu as bases para o que se conhece hoje como Teoria Crítica – ramo do conhecimento que analisa de forma crítica a realidade.

E como apontado acima na citação, umas das contribuições filosóficas de Marx diz respeito ao tema da ideologia, que seria, grosso modo, uma forma de falsificação da realidade, com a finalidade de manipular a consciência social das massas e aliená-las para atender aos interesses das classes dominantes.

Konder (2002) apresenta outra noção de ideologia em Marx, que diz respeito a um conjunto de preposições (ideias) que instrumentalizam a dominação imposta por uma classe à totalidade da sociedade. Portanto, de acordo com o autor, Marx concebia a tese de que existem ideias que formam uma espécie de superestrutura que é responsável por moldar as estruturas sociais e as dinâmicas das relações humanas.

É importante ressaltar que Karl Marx viveu no século XIX, período em que as revoluções burguesas estavam eclodindo; o avanço da revolução industrial estava galopante e a migração dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos era intensa, de maneira que a sociedade capitalista industrial de classes estava se formando no interior da Europa. Nesse cenário, Marx criticou as ideias falsas e infundadas

disseminadas pelas classes dominantes (os capitalistas) sobre as classes dominadas (os proletários), tendo em vista a manipulação da consciência coletiva dos trabalhadores para fins econômicos.

Os defensores do Escola Sem partido alegam que o pensamento marxista tem influenciado na educação brasileira e ditado as práticas de professores e professoras em todos os níveis de ensino no país. E, por mais que Marx não tenha escrito nada a respeito da educação, isto é, desenvolvido uma teoria específica sobre a questão pedagógica de sua época, segundo o autor José Rodrigues (2002, p.168): “O conceito de educação politécnica foi esboçado inicialmente por Karl Marx, em meados do século XIX. Em outras palavras, educação politécnica pode ser vista como sinônimo de concepção marxista de educação.”

Esse modelo de educação pensando por Marx consiste não numa polivalência do indivíduo, isto é, saber executar várias atividades simultaneamente, mas sim na formação braçal, intelectual, técnica e cidadã do indivíduo, de modo que os sujeitos sejam plenamente capazes de transformar a sociedade.

Nesse caso, pensar ideologia e educação em Marx, é perceber que sua visão pedagógica está centrada na construção de uma escola que seja multipartidária e multi-ideológica e que acima de tudo desenvolva nos estudantes o senso crítico e a práxis revolucionária.

Outra definição para ideologia muito importante é a de Antônio Gramsci (1831-1937), sociólogo e filósofo marxista que afirma ser ideologia “a concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, ou seja, não há um olhar apenas, mas sim múltiplos olhares que percebem o mundo e suas idiossincrasias”. Nessa visão, fica claro que a ideologia se expressa e se manifesta como múltiplas formas de ver o mundo, independentemente de categorias específicas e padronizadas de ideologia. Deixa claro também que a ideia difundida do Escola Sem Partido sobre uma pretensa neutralidade de pensamento, além de equivocada, é praticamente inviável de coexistir com a multiplicidade de concepções de mundo, dado o passo que cada indivíduo possui alguma ideologia que lhe é peculiar.

Ainda sobre a questão da neutralidade de pensamento, Florestan Fernandes (1920-1995), importante sociólogo brasileiro, argumenta que: “Não existe neutralidade possível:

o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados” (FERNANDES, 1986). A neutralidade é um dos pontos mais defendidos pelo Escola Sem Partido, sobretudo para a prática pedagógica do(a) professor(a) e tomado como necessário para conter a propagação de certas ideologias na escola. Todavia, como exposto acima no pensamento de Florestan, a “neutralidade” é inexistente, considerando que o próprio professor deve tomar uma posição frente às condições de aprendizagem dos estudantes, bem como a situação de classe destes, e que tudo a nossa volta é, essencialmente, costurado por uma teia de ideologias e concepções de mundo.

Nesse caso, os próprios defensores do ESP, ao negarem a não ideologização em nome uma postura neutra, estão, automaticamente, tomando um partido também. E nesse sentido, fica a pergunta: O Escola Sem Partido tem um partido? A resposta correta é sim, tem um partido. O “partido” do ESP é o conservadorismo, que está implícito nas entrelinhas do seu projeto de lei. “Entende-se por conservadorismo um tipo de pensamento político que defende a manutenção das instituições sociais – como a família, a comunidade local e a religião - além, das tradições, costumes e convenções culturais, como apontada na obra: Livro Urgente Da Política Brasileira (MATTOS, 2017). O conservador, por sua vez, dentro da definição citada acima sobre o conservadorismo, seria aquele(a) que intenta a preservação de determinadas estruturas sociais e valores morais que compõe a sociedade. O conservador também é contra qualquer manifestação progressista ou revolucionária que insurgia como tentativa de alterar a ordem social estabelecida.

Vale ressaltar que há diferenças semânticas e conceituais entre o conservadorismo e o ser conservador, visto que um revolucionário ou progressista, ao chegar ao poder, pode assumir uma conduta conservadora no sentido de querer se manter no poder por muito tempo, por exemplo. Nesse caso, cabe argumentar que enquanto o conservadorismo é uma doutrina política, a posição conservadora é um estado de ser, uma postura individual assumida em função de concepções pessoais, que podem variar, inclusive, de acordo com os valores predefinidos, o local e o tempo.

Argumentando sobre o conservadorismo da PL 867/2015, Manhas (2017, p. 19) diz que “Os criadores do Escola Sem Partido criaram tais coisas a partir de motivações pessoais. Ou seja, eles tentam impingir ao país um projeto com base em impressões e

vivências pessoais”. Os criadores do Escola Sem Partido partem de pressupostos morais e fundamentalistas com o objetivo de delinear um projeto político para impor à sociedade civil organizada. O próprio idealizador do Movimento Escola Partido, Miguel Nagib, decidiu fundar esse movimento após sua filha vivenciar um suposto caso de “assédio ideológico” na escola, ou seja, uma experiência estritamente pessoal. Além disso, Nagib também já manifestou, diversas vezes, em suas redes sociais e nas entrevistas que concedeu a veículos de comunicação em geral, suas posições conservadoras quanto a temas políticos e da agenda nacional. Paulo Freire e Karl Marx são os principais alvos das críticas do procurador do Estado de São Paulo.

Os movimentos sociais e atores políticos ligados ao ESP, como o próprio Deputado Izalci Filho (PMDB), autor da PL 867/2015, declarou abertamente defender os interesses da “família tradicional” e dos lobbies conservadores nas pautas politico-institucionais do congresso. O movimento Revoltados Online, responsável por apresentar, em 2014, a pauta do ESP ao Ministério da Educação (MEC), também declarou abertamente que esse projeto partiu de motivações pessoais e não, necessariamente, de estudos no campo da educação ou de dados técnicos que apontem para os casos de “doutrinação ideológica” no ambiente escolar/acadêmico.

No próprio texto do PL 867/2015, é possível encontrar alguns elementos que dão indícios de um tipo de conservadorismo implícito no projeto. Um desses pontos supracitados é o que consta no Art. 3º. do PL, que diz: “São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”.

A defesa cega e dissimulada de qualquer ideologia ou pensamento político-partidário dentro da sala de aula é flagrantemente um atentado ao pluralismo de ideias e as liberdades individuais e coletivas dos alunos (as). No entanto, o artigo disposto acima deixa clara a posição conservadora dos defensores do programa Escola Sem Partido à medida que é afirmado categoricamente que a realização de quaisquer atividades pedagógicas no espaço da escola elaborada pelo (a) professor (a), que se choque com as convicções particulares dos (as) alunos (as) e dos pais não poderão ser realizadas e estarão sujeitas a sanções disciplinares, inclusive. Ou seja, para o ESP, o aspecto moral e

conservador estão acima da educação e do próprio professor (a), visto que, ao exercer a sua liberdade de cátedra, como garante a Constituição Brasileira (1988), o profissional da educação terá vedada a possibilidade dele produzir e reproduzir trabalhos/atividades e utilizar de formas de ensino que lhe são peculiares para transmitir o conhecimento programático ao seu corpo discente.

Logo, está explicitamente visível a tomada de posição do ESP, isto é, a escolha de um lado/partido que é velado sobe a pretensão imparcialidade e neutralidade político pedagógica advogada pelo próprio momento.

O conservadorismo implícito do projeto Escola Sem Partido é velado pela pretensa legalidade da PL, isto é, o uso de dispositivos constitucionais e de outros códigos de leis para trazer a ideia de que se trata de uma medida com base jurídica, bem como seu discurso, que esconde uma falsa defesa da educação brasileira, com forte apelo midiático e político de setores, partidos e atores sociais estratégicos dos segmentos conservadores da sociedade brasileira. Portanto, a exaltação do moralismo e de concepções individuais dos (as) alunos (as) e pais, somada as próprias convicções fundamentalistas e conservadoras dos pioneiros do Escola Sem Partido desmonta a sua própria narrativa de não partidarização e ideologização, uma vez que esse movimento possui, implicitamente, a sua própria ideologia dominante – o conservadorismo político.

3. Professor no centro dos ataques conservadores do ESP

O discurso conservador do Escola Sem Partido alcançou o apoio de pais, estudantes, políticos e de grupos conservadores da sociedade brasileira. É sabido que o sistema educacional do país possui problemas estruturais e deficiências graves, como a falta de professores para todos os segmentos: desde a educação básica até o ensino superior, a precariedade das instalações escolares, a redução nos últimos anos dos orçamentos destinados à educação, as péssimas condições de trabalho para os profissionais de ensino, tanto em termos salariais quanto em termos pedagógicos etc.

O professor, alvo de ataques constantes do ESP, é um dos protagonistas da

educação, responsável não só por transmitir conteúdos programáticos, mas, também por formar cidadãos e cidadãs, seres críticos e racionalmente conscientes dos seus deveres e dos seus direitos. Entretanto, dado o cenário atual da educação e as discussões travadas no âmbito social, jurídico e político sobre toda a problemática que envolve o nosso sistema de ensino, o papel do docente tem sido relativizado e apontado como o alvo principal pelo aparente fracasso da educação nacional.

O professor doutor Fernando Penna (2016), da universidade Federal Fluminense (UFF), argumenta que o ódio aos professores tem sido dissimulado recorrentemente pelos apoiadores do ESP e estimulado por autoridades políticas e civis e pelos próprios professores favoráveis a aprovação do PL do Projeto Sem Partido. No Blog e nas páginas do Facebook do ESP, é possível encontrar imagens que desqualificam o trabalho de docentes brasileiros, além de discursos que trazem suposições acerca da prática ideológica militante de professores das esquerdas nas escolas. E sobre isso (as imagens que criminalizam o professor) Fernando Penna (2016, p. 98) diz o seguinte: “As imagens do professor e da escola/universidade como o agente e o espaço da corrupção de menores inocentes vão se multiplicando nas páginas de defesa do Escola Sem Partido”.

Uma dessas imagens que trazem o professor como o centro da suposta doutrinação é encontrada na página do Facebook “Professores a favor do Escola Sem Partido”, em que uma professora aparece vestida de vermelho recortando em papel desenhos da foice e do martelo, emblemas clássicos do comunismo, e distribuindo-os para os seus respectivos alunos. Essa charge resume bem a interpretação deturpada que fazem os ideólogos do ESP e seus professores apoiadores no que diz respeito ao comunismo e a didática utilizada pelos professores em sala de aula.

Penna (2016) apresenta duas narrativas construídas pelo ESP e seus adeptos como tentativa de criminalizar a prática dos professores. A primeira diz respeito ao (mau) uso de conceitos/expressões que não possuem uma ampla e precisa definição, como a “ideologia de gênero” e o “marxismo-cultural”. A segunda, intrinsicamente ligada à primeira, tem a ver com a desqualificação dos professores (sobretudo os professores contrários ao Escola Sem Partido), a escola e a algumas referências teóricas usadas no campo da educação. Sobre isso Fernando Penna diz que: “Essa desqualificação não se dá por meio de uma argumentação racional, mas através de ataques pessoais e imagens que

representam o professor, a escola e seus pensadores como ameaças”. (PENNA, 2016, p. 95). O Escola Sem Partido coloca o professor, especialmente os professores de humanas e das esferas da esquerda como a raiz da “doutrinação ideológica” na escola. Concentra seus ataques conservadores contra as abordagens pedagógicas que flertam diretamente com o pensamento sócio interacionista cunhado por Paulo Freire e induz seus seguidores a acreditarem que os professores que simpatizam com a pedagogia freiriana são ideólogos marxistas prontos para fazer a cabeça dos pobres estudantes indefesos no espaço escolar/acadêmico.

Contudo, o professor, na realidade, é uma das vítimas dessa “caça as bruxas” protagonizadas pelo movimento escola sem partido. Durante o regime militar (1964-1984), professores eram vigiados por soldados das forças armadas durante suas aulas, principalmente os professores acusados de serem comunistas-marxista e pró-revolução, além de muitos outros terem tido seus direitos cassados, suas liberdades restringidas, enfrentado o exílio e a tortura nos calabouços dos prédios do DOI-CODE. Hoje, professores e professoras das humanidades, principalmente, estão sob o olhar à moda “Vigiar e Punir” de grupos conservadores e autoritários na espera de poderem controlar o que deve ou não ser ensinado, bem como o que devam ser as práticas de ensino e as metodologias empregadas pelos profissionais da educação.

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente artigo possibilitou a compreensão da ideologia dominante no PL 867/2015, que trata do Escola Sem Partido e das suas consequências desagregadoras na escola e nas práticas pedagógicas do professor. Através de pesquisas bibliográficas, de reportagens e em sites eletrônicos, verificaram-se como as medidas adotadas nesse projeto revelam o seu conservadorismo implícito, seus ataques diretos à educação brasileira e à prática docente.

Ao analisar trechos da obra *A Ideologia Dominante do Escola Sem Partido*, retornamos a gênese desse movimento, ao projeto de lei do Escola Sem Partido - que está

arquivado na câmara federal -, e ao discurso conservador que deu amplitude política e social para essa medida. Verificou-se que conservadorismo político e o fundamentalismo de direita manifesto pelos apoiadores desse programa são as raízes que estruturam o projeto.

Nos tópicos 3 e 4, a saber “O conservadorismo do Escola Sem Partido” e “Os Ataques conservadores do Escola Sem Partido contra o professor”, evidenciou-se que as motivações pessoais dos autores do projeto é que fundamentam a PL. Comprovou-se também que o professor é o centro das ações conservadoras do movimento, tendo a sua prática criminalizada em nome de uma visão autoritária e dogmática.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário aprofundar o debate acerca de uma possível retomada da votação da PL 867/2015 e sua pretensa aprovação, visto que o cenário político social atual é favorável a demandas conservadoras. Fica em aberto também a discussão acerca da extensão do ESP na inviabilização do trabalho docente e do pluralismo de ideias pedagógicas.

Este estudo/pesquisa torna-se relevante para a comunidade acadêmica, a sociedade e as seus colaboradores pelas seguintes razões: 1) para a comunidade acadêmica, por se tratar de um trabalho científico que visa discutir os impactos que um projeto político pedagógico conservador pode provocar nas instituições de ensino e pesquisa; 2) para a sociedade; ao favorecer e fundamentar as discussões sobre o tema da educação, esta pesquisa fornece uma ampla compreensão de como demandas sociais podem influenciar medidas políticas ou jurídicas que tratem de abordagens educacionais; 3) para os organizadores, como trabalho de conclusão de curso e por se tratar de uma questão relevante para a nossa formação acadêmica, este estudo possibilita vislumbrar a dimensão sociopolítica e educacional a partir das pautas de grupos fundamentalistas e conservadores que tentam impor convicções morais em espaços acadêmicos que privilegiam a pluralidade de ideias e universalidade do conhecimento.

Referências Bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA PESQUISA E INFORMAÇÃO (São Paulo) (Org.). *A Ideologia Dominante do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

FERNANDES, Florestan. Para o sociólogo, não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados. *Leia*, São Paulo, v. 7, n. 96, p. 25, 1986.

MATTOS, Alessandro Nicoli de. *O Livro Urgente da Política Brasileira: um guia para entender a política e o Estado no Brasil*. 3. ed. Brasília: Politize, 2017. Escola sem partido. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acessado em: 30 maio 2019.

PEREIRA, Isabel Brasil. *Dicionário da educação profissional em saúde* / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.